

PROVA DISCURSIVA I

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA I**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso os textos exijam identificação, utilize apenas o nome **Procurador do BACEN**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.

PARTE I

PARECER

O Banco Central do Brasil (BACEN) decretou a liquidação extrajudicial de empresas do Grupo X, após constatar que seus sócios cotistas colocaram títulos no mercado de capitais para acobertar insuficiência de caixa (títulos falsos). De acordo com o posicionamento do BACEN, a situação econômico-financeira do grupo não seria satisfatória, circunstância evidenciada também pela dificuldade de captação de recursos para o giro de curto prazo em seus negócios.

Irresignados, os sócios do Grupo X requereram ao BACEN o reconhecimento da nulidade do ato de liquidação. Para tanto, aduziram que não tiveram prévio acesso ao processo administrativo que culminara com a liquidação, aspecto que, por si só, já configuraria afronta ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, a justificar a nulidade do ato. Afirmaram, também, que o grupo empresarial ostentava situação financeira positiva, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses previstas na legislação de regência, autorizadoras do decreto de intervenção.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, na qualidade de procurador do BACEN encarregado de examinar o requerimento apresentado pelo Grupo X, elabore parecer, dirigido ao procurador-geral, enfrentando a viabilidade jurídica do pedido formulado pelos sócios, mediante a utilização de argumentos que atendam, necessariamente e da forma mais completa possível, as seguintes determinações:

- ▶ esclareça se o BACEN dispõe de competência para exercer a permanente vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre as empresas:
- ▶ defina o instituto da liquidação extrajudicial, sua finalidade e fundamento legal para a sua decretação pelo BACEN:
- ▶ comente a respeito da observância do princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa nos processos de liquidação extrajudicial.

① Assunto do BACEN para decretação de liquidação: o status

PARTE II

QUESTÃO 1

Considerando que o BACEN é o agente financeiro máximo e controlador de todas as operações de crédito disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — LC n.º 101/2000 —, discorra, com fulcro na LRF, acerca das vedações a que está sujeito o BACEN nas suas relações com ente da Federação, no que concerne às operações de crédito.

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 1

1

Art. 35 de lei complementar 107/2000 infra a

QUESTÃO 2

Determinado município editou lei que estabelece o tempo máximo de espera em fila nas instituições bancárias localizadas em seu território, bem como exige a instalação, nas agências, de equipamentos de segurança, tais como portas eletrônicas com detector de metais e câmaras filmadoras. Inconformados, alguns bancos ingressaram com mandado de segurança sob a alegação de que a lei municipal versava sobre matéria de competência da União, uma vez que a normatização do sistema financeiro nacional é de competência federal — art. 192 da Constituição Federal de 1988 (CF). Os bancos alegaram, ainda, que a lei municipal atentava contra o art. 22, VII, da CF, que estatui ser da competência privativa da União legislar sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores, e contra o art. 48, XIII, da CF, que dispõe ser da competência reservada do Congresso Nacional dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

Tendo como referência o texto acima, responda, de forma sucinta e fundamentada, aos seguintes questionamentos:

- ▶ Pode-se considerar que a lei municipal versa sobre assuntos que se encontram na esfera de competência do município?
- ▶ É adequado afirmar que a lei municipal, ao dispor sobre o tempo de atendimento ao público nas agências bancárias e sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de segurança, dispôs sobre matérias que a CF estabelece como sendo da competência privativa da União, além de transgredir competência reservada ao Congresso Nacional?

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 2

QUESTÃO 3

Uma empresa que atua no ramo de roupas esportivas, com vistas a aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de seus serviços, adotou determinada prática restritiva da concorrência. A referida conduta foi submetida à apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no prazo legal, tendo sido autorizada, mesmo com prejuízo causado à livre concorrência, pelas seguintes razões: os benefícios dela decorrentes foram distribuídos equitativamente entre os seus participantes, de um lado, e os consumidores, de outro; não implicou eliminação da concorrência de parte substancial do mercado relevante; foram observados, nessa conduta, os limites estritamente necessários para atingir os objetivos visados.

A propósito da situação hipotética acima descrita, indique como se denomina a técnica/regra adotada pelo legislador brasileiro que, segundo a doutrina majoritária, permite que o CADE, de forma excepcional, autorize a prática de ato que possa limitar ou de alguma forma prejudicar a livre concorrência, e explicito o seu significado.

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 3